

# Por que negociar já

por Welter Marques  
de Brasília

A pressa do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e do presidente do comitê representante dos bancos credores, William Rhodes, em fechar o mais cedo possível a renegociação da dívida externa, baseia-se na preocupação de evitar que o acordo fique exposto às pressões da oposição malufista e também de alguns setores do PMDB, PDT e PT, no Congresso Nacional, ao final do atual recesso parlamentar, nos primeiros dias de março.

Se a renegociação da dívida ficar para depois da posse do virtual presidente

eleito Tancredo Neves, ele e seu partido poderiam ver-se colocados numa situação extremamente des confortável. Os malufistas, ou setores da esquerda parlamentar que se articulam em torno da frente progressista, poderiam pressionar o futuro governo para que as negociações com os bancos e o Fundo Monetário Internacional (FMI) sejam aprovadas pelo Congresso Nacional. Isso seria expor Tancredo Neves a pressões de difícil neutralização.

As posições defendidas pelo presidente do Banco Central nos entendimentos com os bancos credores tiveram, segundo uma alta fonte ouvida por este jornal, a prévia concordância do candidato da Aliança Democrática, que recebeu as informações e transmitiu sua aprovação através do secretário da Receita Federal, seu sobrinho Francisco Neves Dornelles, e de mais um grupo de funcionários do Itamaraty.

O próprio ministro da Fazenda, Ermâne Galvães, em nota oficial que divulgou no dia 21 de novembro, publicada por este jornal, afirmava que os dois candidatos à sucessão presidencial haviam concordado com os entendimentos em andamento na área externa.

Para evidenciar, novamente, a disposição de seu governo de manter em relação à dívida externa uma postura de "elevação diplomática" — como já afirmou Tancredo Neves mais de uma vez —, o coordenador da Comissão do Plano de Governo da Aliança Democrática (Copag), José Serra, divulgou, ontem, em São Paulo (ver nesta página), uma nota em que repele especulações sobre a posição que o futuro presidente adotaria em relação à

dívida externa. Ontem, Tancredo Neves não escondeu a seus interlocutores sua contrariedade com a cogitação da moratória incluída na lista de sugestões que lhe foi oferecida no documento "Nova República" elaborado pela Comissão de Assessoria Parlamentar do PMDB.

A viagem que Tancredo Neves fará ao exterior a partir do dia 23 tem também um vínculo com os entendimentos que vêm sendo mantidos na área externa pelo presidente do Banco Central. O presidente eleito visitará Washington, acompanhado do secretário da Receita Federal, Francisco Neves Dornelles, e de mais um grupo de funcionários do Itamaraty.

Nesta viagem, Dornelles, que é um dos nomes indicados para o Ministério da Fazenda do futuro governo, retomaria ativamente o contato com a área externa, já que até 1982 ele foi um dos principais representantes do governo federal nas negociações externas sobre comércio exterior e investimentos estrangeiros no País. O rotei-

ro de Tancredo Neves para esta "tournée" previa ontem as seguintes escalas: Roma, Lisboa, Cidade do México, Washington e Buenos Aires.

O acerto com o comitê de assessoramento da dívida externa, que representa os bancos credores, deverá estar concluído na segunda-feira, segundo informou a este jornal uma fonte categorizada do governo. O acordo, no entanto, depois de firmado com os bancos, ainda levará de quatro a seis semanas para chegar à assinatura definitiva dos contratos de rolagem da dívida externa de 1985 a 1991, porque os bancos credores representados pelo comitê terão de ser consultados.

Ontem, Affonso Celso Pastore estava muito contente com os entendimentos mantidos pela manhã com os representantes dos credores, segundo informações recebidas por altos funcionários da área financeira do governo. O presidente do Banco Central, segundo a mesma fonte, tem sua volta marcada para a próxima terça-feira.